III Congreso Internacional de Investigación y Práctica Profesional en Psicología XVIII Jornadas de Investigación Séptimo Encuentro de Investigadores en Psicología del MERCOSUR. Facultad de Psicología - Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2011.

A construção de um projeto ético-político na psicología: um desafio para a profissão.

Albuquerque Figueiro, Rafael y Da Silva, Martha Emanuela.

Cita:

Albuquerque Figueiro, Rafael y Da Silva, Martha Emanuela (2011). *A construção de um projeto ético-político na psicología: um desafio para a profissão. III Congreso Internacional de Investigación y Práctica Profesional en Psicología XVIII Jornadas de Investigación Séptimo Encuentro de Investigadores en Psicología del MERCOSUR. Facultad de Psicología - Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires.*

Dirección estable: https://www.aacademica.org/000-052/2

ARK: https://n2t.net/ark:/13683/eRwr/GKW

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto*. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: https://www.aacademica.org.*

A CONSTRUÇÃO DE UM PROJETO ÉTICO-POLÍTICO NA PSICOLOGIA: UM DESAFIO PARA A PROFISSÃO

Albuquerque Figueiro, Rafael; Da Silva, Martha Emanuela
Universidade Potiguar-UnP. Brasil

RESUMEN
Diante da diversidade de saberes e práticas constitutivas da psicologia, pensar o projeto ético-político da profissao tem se tornado um desafio. Partindo da pespectiva da psicologia social-comunitária, questiona-se o atual momento da psicologia, sua capacidade de reinventar estratégias e saberes transformadores da realidade e de sí mesma. O presente trabalho se propõe a analisar a trajetória da psicologia enquanto ciência e profissão, probematizando seu projeto ético-político. Para tanto, faz-se uma trajetória histórica da psicologia no Brasil e América Latina, seu histórico de compromisso com as elites, e sua recente inserção no campo das políticas sociais. Tal inserção tem colocado como inadiável a discussão sobre a construção de um projeto político para a psicologia, objetivando emancipação dos coletivos e a transformação do status quo da sociedade.

Palabras clave
Projeto Ético Político Psicologia

ABSTRACT
A CONSTRUÇÃO DE UM PROJETO ÉTICO-POLÍTICO NA PSICOLOGIA: UM DESAFIO PARA A PROFISSÃO
Given the diversity of knowledge and practices constitutive of psychology, think of the ethical-political project of the profession has become a challenge. From the social psychology perspective Community, questioned whether the current time of psychology, its ability to reinvent strategies and knowledge and transforming reality itself. This study aims to analyze the trajectory of psychology as a science and profession, discussing his ethical-political project. Therefore, it is a historical background of psychology in Brazil and Latin America, its history of commitment to the elites, and its recent insertion in the field of social policies. Such integration has placed urgent discussion on how to build a political project for psychology, the collective objective of emancipation and the transformation of the status quo of society.

Key words
Ethical Political Project Psychology

Introdução
Antes de mais nada, é necessário pontuar a dificuldade que é analisar um campo tão amplo e multifacetado quanto a Psicologia. Em meio à pluralidade de conceitos e formas de considerar o seu próprio objeto de estudo (comportamento, subjetividade, cognição...), método, e a própria atuação profissional, é preciso especificar de que lugar do conhecimento psicológico se pretende falar. Diante de uma área de conhecimento que se diz várias, como falar de projeto ético-político da profissão? Sabemos que em áreas como o Serviço Social, a idéia de um projeto ético-político na profissão já está a bastante tempo consolidada (Iamamoto, 2007). Mas a Psicologia apresenta algumas dificuldades com relação a isso. Como reunir em um só todo esse conhecimento, que muitas vezes se apresenta desconectado, quando não contraditório? Na ausência de tais respostas, considera-se cauteloso, porém não menos problemático, escolher um direcionamento para análise dessa área de conhecimento.

Dessa forma, pretende-se expor as possibilidades e entraves na construção de um projeto ético-político para a psicologia no campo das políticas sociais. Mas antes disso, para justificar e dar coerência a essa escolha, faz-se importante pontuar algumas questões a respeito da Psicologia como profissão exercida em outros momentos históricos, para em seguida apresentar a área em que ela mais se aproxima em termos de proposta de atuação compromissada com o social, a partir do arcabouço teórico e metodológico utilizado pela Psicologia Social Comunitária.

Assim, serão apresentados o histórico da Psicologia Social Comunitária e o modo como ela se apresenta e seus principais campos de atuação nos dias atuais, especialmente no que diz respeito a sua aplicação no campo das políticas sociais. Desse modo, problematiza-se a possibilidade de construir uma atuação profissional do psicólogo voltada para emancipação do homem através da garantia de direitos sociais. A pergunta que se quer responder é: poderá a psicologia atuar em prol da transformação social? Poderá a profissão de o psicólogo contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária?

Acredita-se que um elemento crucial para construir uma profissão compromissada socialmente é a formação profissional. Há algum tempo, estudos vem mostrando inclusive uma insatisfação dos próprios psicólogos com a sua formação, apontando que esta não dá subsídios para atuação em diversas áreas (Bastos & Gomide, 1989). Nessa dirção, podemos afirmar que a

formação em psicologia apresenta-se ainda bastante deficitária no que diz respeito ao trato da questão social, fortemente atrelada a teorias e técnicas ligadas a uma vertente da psicologia considerada tradicional.

Breve histórico da construção do compromisso social da Psicologia

Sabe-se que a profissão de psicólogo foi regulamentada no Brasil em 1962. Nesse período o psicólogo era caracterizado predominantemente como um profissional liberal, cujo principal campo de atuação era a clínica individualizante, desconectada da realidade social do sujeito, e a sua principal clientela eram as elites. As camadas populares raramente tinham acesso aos serviços de um psicólogo. Alguns teóricos, anos mais tarde, chegaram a apelidar a psicologia dessa época, como uma "atividade de luxo".

Dois anos mais tarde, em 1964 com o Golpe Militar, o Brasil entra numa fase de extrema repressão e violência (Lane, 2009). Se o objetivo é discutir o compromisso social do psicólogo, é importante falar dessa fase histórica, pois se o regime militar trouxe um período bastante opressor no que diz respeito à construção de conhecimento na academia que fosse voltado para a emancipação dos grupos sociais, essa fase também motivou a organização de intelectuais em prol da subversão desse sistema e da conquista de direitos pela população (Lane, 2009). É durante o período autocrático-burguês, que começaram a nascer na Psicologia, vários movimentos progressistas que objetivavam romper com o paradigma tradicionalista da profissão que atuava em prol das elites (Bock, 2003), e pensar uma psicologia que atendesse os interesses das camadas mais populares do Brasil.

Já no final da década de 1960, vários movimentos sociais eclodem em todo mundo. Destaca-se o período conhecido como "maio de 68", o qual ocorreu na França, e onde vários movimentos sociais foram às ruas realizando manifestações contra um modo de vida opressor de muitas formas de existência, e reivindicando direitos de diversos grupos como: estudantes, trabalhadores, mulheres, negros, e outros (Freitas, 2009). No bojo desses acontecimentos, alguns intelectuais, segundo Lane (2009) criticaram a produção de conhecimento que se dava, principalmente, nos países de Terceiro Mundo, em destaque nos países da América Latina, onde havia um grande contingente de pessoas em condição de extrema pobreza, no entanto, poucos intelectuais e profissionais engajados pela transformação dessa realidade social (Freitas, 2009).

Nesse contexto, a Psicologia começa a pensar sobre seu papel em frente à maior parte da população brasileira. Como poderia a Psicologia, com técnicas e referenciais teóricos que desconectavam o sujeito de sua realidade histórico-social, contribuir para melhorar as condições de vida de milhares de brasileiros?

Ainda no final da década de 1960, e influenciado por esse contexto histórico, político e social, começa-se a ouvir pela primeira vez o termo Psicologia Comunitária. Principalmente nos Estados Unidos e em alguns países da América Latina (Lane, 2009). Nos EUA, os trabalhos do psicólogo que vieram ser caracterizados como comunitários, estavam bastante atrelados à perspectiva da Psicologia Social que se desenvolvia nesse país. Esta Psicologia Social era basicamente individualista na perspectiva de um sujeito desconectado de uma realidade social mais ampla. Além disso, os trabalhos denominados como de Psicologia Comunitária nos EUA eram predominantemente realizados com comunidades carentes, com uma perspectiva de desenvolver os grupos de modo que eles se adequassem ao desenvolvimento tecnológico de uma sociedade, e pouco visavam a emancipação dos sujeitos e a mudança estrutural de suas condições de vida.

Na América Latina, onde seus países passavam por um momento histórico, político econômico e social bastante semelhantes, - como, por exemplo, regimes ditatoriais, histórico de desigualdade social, opressão e violência a diversos grupos, e um grande contingente populacional em condições de extrema exploração por uma pequena camada da sociedade composta pelos mais ricos -, destacava-se a construção de um psicologia comunitária que objetiva uma sociedade mais justa e menos desigual. Dentro dessa perspectiva destaca-se o teórico Martin-Baró (1997), dentre outros que discutiam o papel do psicólogo frente os problemas sociais e o seu compromisso com a transformação da sociedade.

Na década de 1970 destacam-se no Brasil trabalhos em psicologia comunitária embasados na Educação Popular e nos centros comunitários em saúde mental criados por médicos e Psiquiatras envolvidos com o movimento de Reforma Psiquiátrica (Lane, 2009). Os primeiros, baseados nas idéias de Paulo Freire, reuniam pedagogos e outros profissionais, dentre eles psicólogos, preocupados com o desenvolvimento de uma consciência crítica dos sujeitos frente a sua realidade social. Os trabalhos desenvolvidos por esses profissionais visavam à educação política dos grupos comunitários. Já os centros comunitários abrem as portas para o trabalho do psicólogo comunitário na saúde, a partir de uma tentativa de romper com o modelo asilar tradicional no cuidado em saúde mental. O papel da comunidade para a saude mental vinha sendo afirmada já há algum tempo em outros países, sobretudo na Itália, através dos trabalhos de Franco Basaglia, que ressaltava a importancia de se considerar os elementos histórico-materiais no trato com a loucura.

Essas duas atividades marcaram o surgimento da Psicologia Comunitária, e o engajamento dos psicólogos com a melhoria das condições de vida da população pobre no Brasil. No entanto, a maior parte desses trabalhos tinha um forte viés assistencialista e caritativo, refletindo a tradição das intervenções no âmbito da pobreza no Brasil (Lane, 2009). Ainda era preciso refletir bastante a respeito do trabalho do psicólogo com comunidades e sobre o compromisso social na profissão.

Na década de 1980 o Brasil passa por intensas transformações sociais, políticas e econômicas. O país passou

por uma grande crise econômica que provocou o aumento da pobreza, e demais mazelas sociais provocadas pelo capitalismo. Além disso, em 1984 tem-se a queda do regime autocrático burguês, quando o país se redemocratiza iniciando o período que passa a ser conhecido como a Nova República, em 1985. Em 1988, em resposta as reivindicações por direitos de variados movimentos sociais que passavam a ser reorganizar naquele período, tem-se a promulgação da Constituição Federal. Esta garante uma série de direitos sociais à população brasileira, baseados nos princípios da universalidade, equidade e integralidade, através das Políticas Sociais.

Concomitantemente a isso, fortalecem-se na Psicologia, os movimentos progressistas embasados na perspectiva de uma Psicologia Social Crítica, podendo se destacar a produção acadêmica de Patto (1990) na Psicologia Educacional e Lane e Codo (1984) na psicologia social, com sua célebre obra "Psicologia Social: o homem em movimento". Além disso, na década de 1980 tem-se a criação da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO), onde se integram e se sistematizam discussões a respeito do compromisso social da Psicologia (Freitas, 2009).

No campo legal, com a promulgação da Constituição de 1988, abra-se o campo das Políticas Sociais para o psicólogo. Inicialmente o psicólogo passa a atuar no campo da Saúde Pública, para em seguida ser inserido no campo da Assistência Social. Com isso, institucionaliza-se o espaço de atuação do psicólogo com comunidades subalternizadas.

Na direção contrária a esses acontecimentos no campo dos direitos sociais, em 1990, com o governo Fernando Collor de Melo temos o ajuste neoliberal no Brasil[1]. Para salvar a economia, dentre outras ações, podemos destacar que o neoliberalismo atuou no desmonte das políticas sociais através de um Estado forte e regulador do mercado, e mínimo para o social. Para atuar mais livre na valorização do capital, o Estado se desresponsabilizou do trato com a questão social.

Esse contexto possibilitou a abertura de um novo campo de atuação do psicólogo: o Terceiro Setor. Este surge no Brasil na década de 1990 e sua existência está intrinsecamente relacionada com a desresponsabilização do Estado com relação ao trato das mazelas provocadas pelo sistema econômico. Sendo composto por organizações da sociedade civil, o Terceiro Setor contribui não só para a manutenção do *status quo*, como também para sustentar o viés assistencialista ligado ao trato com a pobreza. Tendo o Terceiro Setor se tornado mais um campo de atuação para o psicólogo, fortalece-se a necessidade de discutir o papel desse profissional junto às camadas populares com mais cuidado.

Ao se falar de compromisso social, o campo do Terceiro Setor deve ser entendido de forma delicada, pois a atuação dos profissionais nesse campo pode desconsiderar a relação entre a lógica econômica e a situação de exclusão a qual os sujeitos usuários do serviço estão sendo submetidos (Lemos & Yamamoto, 2010).

Somente em 2004, temos a inserção legal do psicólogo no campo da Assistência Social (Yamamoto & Fernandes, 2010), fundamentalmente através do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), atuando em serviços como Centros de Referência em Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência Especializada em Assistência Social (CREAS). O primeiro no nível da atenção básica, focando a atuação na prevenção de situações de risco e vulnerabilidade. O segundo tem a atuação dos profissionais direcionada a casos de violação de direitos, fazendo parte da atenção especial, se configurando como um serviço de média e alta complexidade.

Mais do que nunca, esse novo contexto de atuação do psicólogo motivou a reflexão da categoria a respeito de suas ferramentas teóricas e metodológicas, bem como a respeito da postura do profissional nesses serviços. Considera-se a partir da perspectiva de uma Psicologia Social Crítica que é urgente a necessidade de revisão, ou mesmo reinvenção das práticas psicológicas no trabalho com comunidades. Ou seja, pressupõe-se o rompimento com o modo de fazer psicologia predominante na época de sua regulamentação como profissão. No contexto comunitário não sobra espaço para práticas individualistas, psicologizantes e a-históricas, partindo do pressuposto que esse profissional não deve ter uma postura neutra, mas sim politizada e implicada com a transformação estrutural da sociedade (Bock, 2003).

Mas ora, não seria demasiadamente presunçoso, se partindo do arcabouço teórico e metodológico originário do saber psicológico, objetivar a transformação estrutural da sociedade? O psicólogo ao lidar diretamente com os problemas sociais acaba percebendo que seu saber é limitado para cumprir com tão nobre intento. Nesse caso, ao invés de discutir-se sobre a necessidade de revisão de práticas psicológicas, não seria mais justo falar em reinvenção da Psicologia?

E o que dizer do grande número de profissionais que continuam supostamente afastados dos problemas sociais ligados as mazelas do capitalismo? Suas práticas não precisam ser revistas, pois a postura comprometida é irrelevante nesses casos? O fato é que ao continuarem atuando dessa forma, estarão a serviços das elites, e de maneira mais ampla, estão contribuindo para a manutenção ideológica e material de um sistema econômico desigual e opressor em sua natureza.

O principal problema na consolidação de um projeto ético-político na psicologia é anterior a sua inserção no trato com a questão social. Diz respeito ao "Pecado Original" do conhecimento psicológico, pois somente muito tempo depois da sua estruturação enquanto campo de saber científico percebeu-se o lugar que ocupava na sociedade. Uma Psicologia que não foi feita para atender aqueles que mais podiam necessitar dela se pergunta nos dias atuais como reverter esse quadro e por onde começar.

Discute-se muito a respeito da formação do psicólogo, como a principal responsável pela atuação de uma psicologia a favor das elites. Certamente este é um campo fundamental para se construir mudanças estruturais nes-

sa área de conhecimento. No entanto, não se pode negligenciar o fato de que a psicologia é até então limitada para dar conta de uma realidade tão ampla e complexa. Mais do que nunca é necessário que o psicólogo, consciente de suas limitações entre em contato com outros campos de saber (Yamamoto & Fernandes, 2010).

A necessidade de contato com outros campos de saber, ainda na formação dos profissionais, deve ser entendida como conseqüência de uma conscientização maior da profissão com relação à reconstrução de um conhecimento psicológico, e frente à impossibilidade de mudar aquilo que já está posto na história: negar as práticas tradicionais e assumir a crise epistemológica na psicologia compreendendo-a como um impulso para a construção de saber adequado ao intento de transformação a realidade.

Considerações finais

O campo das Políticas Sociais, juntamente com as discussões acerca da atuação do psicólogo no trato com a questão social, vem despertando a Psicologia para o seu compromisso social. Fala-se de uma necessidade imposta pelo próprio movimento da história da sociedade que nega a psicologia e a desloca de uma possibilidade de mudança estrutural.

Do momento em que se fala, cabe a profissão definir sua postura política frente à realidade social, contribuindo na formação de profissionais que possuam ferramentas teórico-metodológicas que fomentem o desenvolvimento de uma consciência crítica do sujeito, para que através de uma construção conjunta com os mesmos, criem condições para a melhoria não só das condições de vida dos indivíduos e seus grupos, mas para a mudança do *status quo* da sociedade.

Construir novos saberes e fazeres *psi* são fundamentais e urgentes na luta por uma profissão compromissada com o social e que almeja as melhorias das condições de vida da população através de uma sociedade justa e igualitária. Somente a partir disso acredita-se ser possível falar sobre a consolidação de um projeto ético-político na profissão.

NOTAS

1. É importante ressaltar que demais países da América Latina passavam por contexto político, social e econômico semelhante. Esses países também saíam de regimes ditatoriais e passavam por períodos de crise econômica, cuja solução para salvar a economia foi a contra-reforma neoliberal.

BIBLIOGRAFÍA

Bastos, A. V. B. & Gomide, P. I. C. (1989). O psicólogo brasileiro: sua atuação e formação profissional. Psicologia Ciência e Profissão, 9(1), 6-15.

Basaglia, F. (1986). A instituição negada. São Paulo: Ed. Graal.

Bock, A. M., M. (2003). Psicologia e sua ideologia: 40 anos de compromisso com as elites. In: A. Bock (Org.). Psicologia e o compromisso social. São Paulo: Cortez. Pp. 15-28.

Freitas, M., F., Q. (2009). Psicologia na comunidade, psicologia da comunidade e psicologia (social) comunitária: práticas da psicologia em comunidade nas décadas de 60 e 90, no Brasil. In: R., H., C., Freitas (Org.). Psicologia Social Comunitária: da solidariedade à autonomia. 15 ed. Petrópoles: Vozes, pp. 54-80.

Lane, S., T., M. (2009). Histórico e fundamentos da psicologia comunitária no Brasil. In: R., H., C., Freitas (Org.). Psicologia Social Comunitária: da solidariedade à autonomia. 15 ed. Petrópoles: Vozes, pp. 17-34.

Lane, S., T., M., & Codo, W. (1984). Psicologia social: o homem em movimento. São Paulo: Brasiliense.

Lemos, I. P. & Yamamoto, O. H. (2010). Formação e prática comunitária do psicólogo no âmbito do “terceiro setor”. Estudos de Psicologia, 15(2), pp. 153-160.

Iamamoto, M. (2007). Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez.

Patto, Maria Helena Souza (1990). A produção do fracasso escolar. Ed. T. A. Queiroz, São Paulo.

Yamamoto, O. H., & Oliveira, I. F. (2010). Política Social e Psicologia: uma trajetória de 25 anos. Psicologia: Teoria e Pesquisa, 26 [especial], 9-24.